



Prefeitura do Município de Jaguariúna

Rua Alfredo Bueno, 1235 – Centro – Caixa Postal 20 – CEP 13910-027 – Tel. (19) 3867-9700 – Fax (19) 3867-2856
Jaguariúna- SP

VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 001/2019.

Analizando o Projeto de Lei Complementar nº 001/2019, de autoria do Nobre Vereador Alfredo Chiavegato Neto, que “**altera a Lei Complementar Municipal nº 134/2007, que institui o Código de Posturas do Município de Jaguariúna, e dá outras providências**”, denota-se que o mesmo é totalmente **inconstitucional**.

A mencionada Propositura ampliou o alcance ao art. 94, do Código de Posturas do Município, para impedir a realização de festas e confraternizações no período das 22:00 as 07:00 horas.

Além disso, o Projeto de Lei Complementar em evidência introduziu as sanções previstas no § 2º e atribuiu competência à Guarda Municipal e aos Agentes de Fiscalização (§ 3º).

Primeiramente, estabelece o artigo 61, § 1º, inciso II, da Constituição Federal que:

Art. 61. ...

§ 1º São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

I – (*omissis*)

II – disponham sobre:

- a) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração;
- b) organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração dos Territórios;
- c) servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)
- d) (*omissis*)
- e) criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública, observado o disposto no art. 84, VI; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

Por seu turno, o artigo 43, incisos I, II e III, da Lei Orgânica do Município de Jaguariúna, guarda ressonância com o dispositivo constitucional acima transcrito, vejamos:

y



Prefeitura do Município de Jaguariúna

Rua Alfredo Bueno, 1235 – Centro – Caixa Postal 20 – CEP 13910-027 – Tel. (19) 3867-9700 – Fax (19) 3867-2856
Jaguariúna- SP

Art. 43 - São de iniciativa exclusiva do Prefeito as leis que disponham sobre:

I - criação, transformação ou extinção de cargos, funções ou empregos públicos da administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração;

II - servidores públicos, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria;

III - **criação, estruturação e atribuições das Secretarias ou departamentos equivalentes e órgãos da administração pública;**

O **Projeto de Lei Complementar nº 001/2019**, ao criar atribuições aos Guardas Municipais e aos Agentes de Fiscalização, viola o disposto no inciso III, do art. 43, da Lei Orgânica da Cidade, que trata da iniciativa exclusiva do Prefeito para iniciar projetos de lei que disponham sobre a atribuição de funções aos órgãos e servidores públicos do Executivo.

Portanto, há invasão pela iniciativa legislativa da Câmara Municipal, na competência exclusiva do Prefeito, porquanto, a este compete, por força dos dispositivos acima transcritos, a criação, estruturação e atribuições das Secretarias ou departamentos equivalentes e órgãos da administração pública e de seus servidores.

É o que leciona o saudoso administrativista **HELY LOPES MEIRELLES** (*“in”* Direito Municipal Brasileiro, ed. Malheiros, 11ª edição, 2000, P. 509), *“verbis”*: **“São, pois, de iniciativa exclusiva do prefeito, como Chefe do Executivo local, os projetos de lei que disponham sobre a criação, estruturação e atribuição das secretarias, órgãos e entes da Administração Pública Municipal; matéria de organização administrativa e planejamento de execução de obras e serviços públicos, criação de cargos, funções ou empregos públicos na Administração direta autárquica e fundacional do Município; o regime jurídico único e previdenciário dos servidores municipais, as diretrizes orçamentárias e o orçamento anual e os créditos suplementares e especiais. Os demais projetos competem concorrentemente ao prefeito e à Câmara, na forma regimental”.**

(grifo nosso)

Consoante os ensinamentos supra mencionados, cabe apenas e tão somente ao Prefeito a iniciativa de projetos de lei que disponham sobre a criação, estruturação e atribuição de suas secretarias, departamentos ou órgãos, como bem definido pela Lei Orgânica do Município de Jaguariúna.

Novamente, são muito pertinentes os ensinamentos do grande mestre **HELY LOPES MEIRELLES** no presente caso: **“Se a Câmara,**

J



Prefeitura do Município de Jaguariúna

Rua Alfredo Bueno, 1235 – Centro – Caixa Postal 20 – CEP 13910-027 – Tel. (19) 3867-9700 – Fax (19) 3867-2856
Jaguariúna- SP

desatendendo à privatividade do Executivo para esses projetos, votar e aprovar leis sobre tais matérias, caberá ao prefeito vetá-las, por inconstitucionais.”
(Direito Municipal Brasileiro, 1993, ed. Malheiros, p. 542).

Não bastasse essa afronta, a Matéria também viola o art. 237, da Lei Orgânica do Município – LOM, com a proibição de festas e confraternizações imposta pelo Projeto de Lei Complementar nº 001/2019 em pauta:

SEÇÃO II DA CULTURA

Art. 237 - O Município estimulará o desenvolvimento das ciências, das artes, das letras e da cultura em geral, observando o disposto na Constituição Federal.

A Lei Orgânica impõe o incentivo à realização de festas populares, folclóricas e religiosas, bem como, as atividades artísticas, festivais e demais manifestações culturais.

Sendo assim, a proibição da realização desses eventos típicos da cidade acaba por violar os preceitos da Legislação Maior da Cidade, que, como não poderia deixar de ser, encontra guarida na Constituição Federal, em seu art. 215, primando pelo bem estar e justiça social, a teor do seu art. 193.

Portanto, o Projeto de Lei Complementar nº 001/2019 está maculado com vícios de inconstitucionalidade, posto que adentra matéria que compete somente ao Prefeito, ferindo a exclusividade da iniciativa prevista na Constituição Federal e na Lei Orgânica do Município, além de contrariar o princípio do incentivo à cultura, previsto nos mesmos Diplomas Legais.

Ex positis, opomos **VETO TOTAL** ao Projeto de Lei Complementar nº 001/2019, de lavra do Edil Alfredo Chiavegato Neto, pois, trata-se de Matéria com vícios insanáveis de **inconstitucionalidade**, razões determinantes deste veto.

Prefeitura do Município de Jaguariúna, aos 04 de junho de 2019.



MÁRCIO GUSTAVO BERNARDES REIS
Prefeito

APROVADO	
Favoráveis	12
Contrários	
Abstenções	
06/08/2019	PRESIDENTE



Prefeitura do Município de Jaguariúna

Rua Alfredo Bueno, 1235 – Centro – Caixa Postal 20 – CEP 13910-027 – Tel. (19) 3867-9700 – Fax (19) 3867-2856
Jaguariúna- SP

Ofício DER-nº 0074/2019.

Jaguariúna, aos 04 de junho de 2019.

Senhor Presidente:

Por meio deste, encaminhamos, anexo, com fulcro no art. 47, da Lei Orgânica do Município, dentro do prazo legal, VETO TOTAL oposto ao Projeto de Lei Complementar nº 001/2019, que *altera a Lei Complementar Municipal nº 134/2007, que institui o Código de Posturas do Município de Jaguariúna, e dá outras providências.*

Por se tratar de Veto Total, fazemos a devolução do respectivo Autógrafo a essa Casa de Leis.

Na oportunidade, renovamos a Vossa Excelência nossos protestos de elevada consideração e distinto apreço.

MÁRCIO GUSTAVO BERNARDES REIS
Prefeito

PROTOCOLO	
Nº de Ordem	790
Fls. Nº	096
Livro Nº	038
	05/06/19
	Camilo
	Secretária

LIDO EM SESSÃO
DE 11/06/2019
PRESIDENTE

Excelentíssimo Senhor

VEREADOR WALTER LUÍS TOZZI DE CAMARGO

DD. Presidente da Câmara Municipal

NESTA



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 001/2019.

Altera a Lei Complementar Municipal nº 134/2007, que institui o Código de Posturas do Município de Jaguariúna, e dá outras providências.

A Mesa da Câmara Municipal de Jaguariúna, Estado de São Paulo, etc..

Faz Saber que a Câmara Municipal aprovou a seguinte lei complementar:

Art. 1º Fica alterado o artigo 94 e incluídos os §§ 1º e 2º na Lei Complementar nº 134, de 19 de novembro de 2007 (Código de Posturas do Município de Jaguariúna), modificado pela Lei Complementar nº 321, de 02 de agosto de 2018, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 94. É proibido realizar trabalho, serviço, culto religioso, festas ou confraternizações que produzam ruídos ou que venham perturbar a população, antes das 7 (sete) e depois das 22 (vinte e duas) horas, com exceção dos sons integrantes do patrimônio de caráter histórico material, imaterial e cultural, reconhecido pelo Conselho do Patrimônio Histórico – CONPHAAJ.

§1º Na distância mínima de 50,00 m (cinquenta metros) de hospitais, casas de saúde e sanatórios as proibições referidas neste artigo, têm caráter permanente.

§2º Em caso de descumprimento do disposto no caput deste artigo, o responsável legal ou proprietário do imóvel no qual tenha sido constatado o excesso de ruído ou barulho que tenha perturbado a população, ainda que locado à terceiros, ficará sujeito as seguintes penalidades:

- I - Notificação por escrito;**
- II - Multa simples ou diária;**
- III - Embargo da Obra;**
- IV - Interdição parcial ou total do estabelecimento ou atividades;**
- V - Cassação imediata do alvará de licenciamento do estabelecimento;**
- VI - Notificação ao Ministério Público, tendo em vista a tipificação de contravenção penal estabelecida no Decreto-Lei nº 3.688, que tutela juridicamente a qualidade ambiental;**





Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

VII - Perda ou restrição de incentivos e benefícios fiscais concedidos pelo Município.

§3º A Guarda Municipal e os Agentes de Fiscalização da Prefeitura poderão realizar a constatação da ocorrência através de Termo Circunstanciado.

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Mesa da Câmara Municipal de Jaguariúna, 14 de maio de 2019.


VEREADOR WALTER LUÍS TOZZI DE CAMARGO
Presidente


VEREADORA CÁSSIA MURÈR MONTAGNER
Vide Presidente


VEREADOR AFONSO LOPES DA SILVA
Primeiro Secretário


VEREADOR CRISTIANO JOSÉ CECCON
Segundo Secretário

Registrado na Secretaria e afixado na mesma data no quadro de avisos da portaria da Câmara Municipal


ALZIRA ELEANI DE CAMPOS SOUZA VENTURINI
Diretora Geral





Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Jaguariúna, 12 de junho de 2019

Ofício n.º 526/2019.-PRE

Senhor Presidente

Passamos às mãos de Vossa Excelência para parecer dessa digna Comissão o **Processo CM nº 091/2019, Veto total oposto pelo Executivo Municipal, ao Projeto de Lei Complementar nº 001/2019, do Sr. Alfredo Chiavegato Neto**, que altera a Lei Complementar Municipal nº 134/2007, que institui o Código de Posturas do Município de Jaguariúna, dá outras providências, lido em Sessão Ordinária, realizada aos 11 de junho do corrente, por esta Casa de Leis.

Limitados ao exposto, apresentamos a Vossa Excelência os nossos reais protestos de elevada estima e distintíssima consideração.

VEREADOR WALTER LUÍS TOZZI DE CAMARGO
Presidente

Ao Senhor

Vereador Afonso Lopes da Silva

Presidente da Comissão Permanente de

Constituição, Justiça e Redação

Jaguariúna – S.P.



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

C.M. nº 091/2019 – Veto Total ao Projeto de Lei Complementar nº 001/2019

**PARECER DA COMISSÃO PERMANENTE DE CONSTITUIÇÃO,
JUSTIÇA E REDAÇÃO AO VETO TOTAL OPOSTO AO PROJETO
DE LEI COMPLEMENTAR Nº 001/2019.**

Autoria do Projeto de Lei: **VEREADOR ALFREDO CHIAVEGATO NETO**

Relator: **ILUSTRÍSSIMA VEREADORA CÁSSIA MURER MONTAGBER**

Parecer: **FAVORÁVEL AO VETO.**

O Executivo, após análise do Projeto de Lei Complementar nº 001/2019, de autoria do Ilustríssimo Vereador Alfredo Chiavegato Neto, que altera a Lei Complementar Municipal nº 134/2007, que institui o Código de Posturas do Município de Jaguariúna, e dá outras providências, apresentou VETO TOTAL.

Aponta o Executivo que o Projeto apresentado é inconstitucional, ao criar atribuições aos Guardas Municipais e aos Agentes de Fiscalização, violando o disposto no inciso III, do art. 43, da Lei Orgânica da Cidade, que trata da iniciativa exclusiva do Prefeito para iniciar projetos de lei que disponham sobre a atribuição de funções aos órgãos e servidores públicos do executivo.



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

C.M. nº 091/2019 – Veto Total ao Projeto de Lei Complementar nº 001/2019

Afirma que há invasão pela iniciativa legislativa da Câmara Municipal, na competência exclusiva do Prefeito, porquanto, a este compete, por força dos dispositivos acima transcritos, a criação, estruturação e atribuições das Secretarias ou departamentos equivalentes e órgãos da administração pública e de seus servidores.

Por fim, corroborou com o argumento de que a propositura também viola o artigo 237 da Lei Orgânica do Município, ao proibir festas e confraternizações, contrariando princípios inerentes ao incentivo à cultura do município.

Com essas considerações, compete a esta Comissão exarar parecer sobre a procedência ou não do veto total oposto ao Projeto de Lei Complementar nº 001/2019.

Inicialmente, verificamos que o senhor Prefeito interpôs suas razões de veto à presente propositura em conformidade com o artigo 47 da Lei Orgânica e com o artigo 250 do Regimento desta Casa, obedecendo, inclusive, ao prazo de 15 dias úteis contados da data do recebimento do Projeto.

Ao analisarmos a matéria constatamos que assiste razão ao Senhor Prefeito, tendo em vista que o projeto de lei apresentado fere o Princípio da Separação de Poderes constante na Constituição Federal, já que estabelece atribuições a serem desempenhadas pelo Poder Executivo. Isto porque, leis do gênero são de iniciativa privativa do Prefeito, consoante



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

C.M. nº 091/2019 – Veto Total ao Projeto de Lei Complementar nº 001/2019

disposto no artigo 61, §1º, II, combinado com o artigo 84, inciso VI, ambos da Constituição Federal, aplicáveis aos municípios por simetria.

Destarte, assiste razão ao Executivo ao vetar totalmente o Projeto de Lei Complementar nº 001/2019, de autoria do Vereador Alfredo Chiavegato Neto, pelos motivos supracitados.

Face ao exposto, nos aspectos que compete a esta Comissão examinar, somos favoráveis ao veto total oposto à propositura.

Portanto, nosso parecer é pelo acatamento ao veto total ao Projeto de Lei Complementar nº 001/2019.

Câmara Municipal de Jaguariúna, 06 de agosto de 2019.

Pela Comissão Permanente de Constituição, Justiça e Redação:


VEREADOR AFONSO LOPES DA SILVA
Presidente


VEREADORA CÁSSIA MURER MONTAGNER
Vice-Presidente Relatora


VEREADOR ALFREDO CHIAVEGATO NETO
Secretário

LIDO EM SESSÃO
DE 06/08/2019
PRESIDENTE



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Jaguariúna, 7 de agosto de 2019

Ofício n.º 586/2019.- PRE

Senhor Prefeito

Comunicamos a Vossa Excelência que o **Veto Total oposto ao Projeto de Lei Complementar nº 001/2019**, do Sr. Alfredo Chiavegato Neto, que altera a Lei Complementar Municipal nº 134/2017, que institui o Código de Posturas no Município de Jaguariúna, e dá outras providências, foi **ACATADO** por unanimidade de votos, em Única Discussão, em Sessão Ordinária, realizada por esta Edilidade, aos 6 de agosto do corrente.

Na oportunidade apresentamos a Vossa Excelência os nossos reais protestos de elevada estima e distinta consideração.


VEREADOR WALTER LUÍS TOZZI DE CAMARGO
Presidente

A Sua Excelência o Senhor
Márcio Gustavo Bernardes Reis
Prefeito Municipal
Jaguariúna – S.P.